



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

COMUNICADO

Publicação do regulamento dos CRI hospitalares:

O Ministério da Saúde não aceita o dever constitucional de audição dos sindicatos e não cumpre, mais uma vez, os compromissos negociais!!!

Em Fevereiro deste ano, o Ministério da Saúde publicou o DL nº 18/2017 de 10 de Fevereiro com o objectivo de aprovar um novo regime jurídico da gestão hospitalar.

Estando inseridas neste decreto-lei matérias que obrigavam à prévia negociação sindical, o Ministério da Saúde violou essas obrigações legais e publicou o referido diploma à revelia das organizações sindicais médicas.

Confrontado com tais práticas anti-sindicais numa reunião realizada poucos dias após a citada publicação e em que estavam presentes o ministro e os dois secretários de estado, foi por estes expressamente assumido o compromisso de negociar a futura regulamentação dos Centros de Responsabilidade Integrados (CRI) hospitalares.

Assim, esta matéria consta dos vários pontos reivindicativos em discussão com o Governo e nos próprios documentos ministeriais aparece como tal aí mencionado.

Num momento em que o Governo continua sem apresentar qualquer contraproposta negociada às organizações sindicais médicas, violando as próprias disposições legais da Contratação Colectiva, surgiu o Ministério da Saúde a publicar em DR, no dia 31/10, uma portaria onde procede à regulamentação dos CRIs.

Além desta portaria representar um claro retrocesso na abordagem desta forma de gestão intermédia, coloca-a na dependência exclusiva do comissariado político nomeado nas administrações e ressuscita um regime de trabalho como a dedicação exclusiva que já não está presente no ordenamento laboral da Carreira Médica, com a agravante extrema de não estabelecer qualquer majoração salarial para o seu exercício, tal como sempre aconteceu anteriormente.

A FNAM, que sempre se empenhou no desenvolvimento de uma adequada reforma da rede hospitalar, vem denunciar este tipo de manobristos propagandísticos que não visam qualquer melhoria efectiva na capacidade de resposta e de funcionamento das unidades hospitalares, mas tão somente dar uma imagem de que algo está a ser feito.

Por outro lado, fazemos também a denúncia da sistemática má-fé negocial de uma equipa ministerial para quem os compromissos assumidos nada valem.

Perante mais esta oportunidade perdida na reforma hospitalar, a FNAM continuará a empenhar-se na construção de projectos que devolvam a qualidade e prestígio aos hospitais públicos do nosso país e os retirem das esferas parasitárias das clientelas políticas e dos círculos de negócios.

Lisboa, 7/11/2017

A Comissão Executiva da FNAM